

Produção Textual

Aluno

Caderno de Atividades Pedagógicas de Aprendizagem Autorregulada - 02

3ª Série | 2º Bimestre

Disciplina	Curso	Bimestre	Ano
Produção Textual	Ensino Fundamental	2º	3ª
Habilidades Associadas			
1. Reconhecer a carga semântica de afetividade ou ironia no emprego de verbos e adjetivos.			
2. Analisar relações lógico-discursivas marcadas por conectores coordenativos e subordinativos.			
3. Distinguir os tipos de discurso (direto, indireto e indireto livre) presentes nos gêneros estudados.			



GOVERNO DO
Rio de
Janeiro

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

SOMANDO FORÇAS

Apresentação

A Secretaria de Estado de Educação elaborou o presente material com o intuito de estimular o envolvimento do estudante com situações concretas e contextualizadas de pesquisa, aprendizagem colaborativa e construções coletivas entre os próprios estudantes e respectivos tutores – docentes preparados para incentivar o desenvolvimento da autonomia do alunado.

A proposta de desenvolver atividades pedagógicas de aprendizagem autorregulada é mais uma estratégia pedagógica para se contribuir para a formação de cidadãos do século XXI, capazes de explorar suas competências cognitivas e não cognitivas. Assim, estimula-se a busca do conhecimento de forma autônoma, por meio dos diversos recursos bibliográficos e tecnológicos, de modo a encontrar soluções para desafios da contemporaneidade, na vida pessoal e profissional.

Estas atividades pedagógicas autorreguladas propiciam aos alunos o desenvolvimento das habilidades e competências nucleares previstas no currículo mínimo, por meio de atividades roteirizadas. Nesse contexto, o tutor será visto enquanto um mediador, um auxiliar. A aprendizagem é efetivada na medida em que cada aluno autorregula sua aprendizagem.

Destarte, as atividades pedagógicas pautadas no princípio da autorregulação objetivam, também, equipar os alunos, ajudá-los a desenvolver o seu conjunto de ferramentas mentais, ajudando-o a tomar consciência dos processos e procedimentos de aprendizagem que ele pode colocar em prática.

Ao desenvolver as suas capacidades de auto-observação e autoanálise, ele passa a ter maior domínio daquilo que faz. Desse modo, partindo do que o aluno já domina, será possível contribuir para o desenvolvimento de suas potencialidades originais e, assim, dominar plenamente todas as ferramentas da autorregulação.

Por meio desse processo de aprendizagem pautada no princípio da autorregulação, contribui-se para o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para o aprender-a-aprender, o aprender-a-conhecer, o aprender-a-fazer, o aprender-a-conviver e o aprender-a-ser.

A elaboração destas atividades foi conduzida pela Diretoria de Articulação Curricular, da Superintendência Pedagógica desta SEEDUC, em conjunto com uma equipe de professores da rede estadual. Este documento encontra-se disponível em nosso site www.conexaoprofessor.rj.gov.br, a fim de que os professores de nossa rede também possam utilizá-lo como contribuição e complementação às suas aulas.

Estamos à disposição através do e-mail curriculominimo@educacao.rj.gov.br para quaisquer esclarecimentos necessários e críticas construtivas que contribuam com a elaboração deste material.

Secretaria de Estado de Educação

Caro aluno,

Neste documento você encontrará atividades relacionadas diretamente a algumas habilidades e competências do 2º Bimestre do Currículo Mínimo de Produção Textual. Você encontrará atividades para serem trabalhadas durante o período de um mês.

A nossa proposta é que você, Aluno, desenvolva estes Planos de Curso na ausência do Professor da Disciplina por qualquer eventual razão. Estas atividades foram elaboradas a partir da seleção das habilidades que consideramos essenciais da 3ª Série do Ensino Médio no 2º Bimestre.

Este documento é composto de um texto base, na qual através de uma leitura motivadora você seja capaz de compreender as principais ideias relacionadas a estas habilidades. Leia o texto, e em seguida resolva as Fichas de Atividades. As Fichas de atividades devem ser aplicadas para cada dia de aula, ou seja, para cada duas horas/aulas. Para encerrar as atividades referentes a cada bimestre, ao final, é sugerida uma pesquisa sobre o assunto.

Para cada Caderno de Atividades, iremos ainda fazer relações diretas com todos os materiais que estão disponibilizados em nosso site *Conexão Professor*, fornecendo, desta forma, diversos materiais de apoio pedagógico para que o Professor aplicador possa repassar para a sua turma.

Neste Caderno de atividades, iremos estudar um pouco sobre os gêneros textuais **Artigo de opinião, Editorial e Ensaio**. Na primeira parte de cada aula, iremos conhecer um Artigo de opinião, um Editorial e um Ensaio e compreender como estes gêneros estão relacionados ao tipo textual argumentativo. Em seguida, iremos aprender a reconhecer, elaborar e escrever cada um desses gêneros. Finalmente, teremos uma parte avaliativa com o objetivo de pôr em prática os conhecimentos estudados e uma Pesquisa para aprimorar mais os seus conhecimentos.

Um abraço e bom trabalho!

Equipe de Elaboração.

Sumário

+ Introdução	03
+ Aula 1: O artigo de opinião	05
+ Aula 2: O editorial	12
+ Aula 3: O ensaio	14
+ Avaliação	22
+ Referências	28

Aula 1: O artigo de opinião

Caro aluno, nesta aula você estudará sobre o gênero textual **ARTIGO DE OPINIÃO**. Trata-se de um texto argumentativo que apresenta e defende um ponto de vista com o objetivo de convencer alguém, ou mudar-lhe o comportamento ou a opinião. Esse gênero ocupa um espaço significativo nos meios jornalísticos e é aberto à participação de especialistas pertencentes a diversas comunidades. No **artigo de opinião**, cidadãos defendem suas ideias sobre temas variados, pois ele permite que expressem opiniões com a finalidade de abrir um debate público.

O texto abaixo foi retirado do jornal “O Globo”, na seção intitulada *Tema em discussão*, na qual, muitas vezes, publica lado a lado artigos diversos, com o objetivo de mostrar pontos de vista diferentes.

O GLOBO
Tema em discussão
Políticas de privatização

Nossa opinião
Preconceito ideológico

No dia 21 de outubro, a Agência Nacional de Petróleo realizará a primeira licitação de um campo na camada do pré-sal depois de adotado o regime de partilha de produção para esse tipo de reservatório. Pela potencialidade do campo de Libra, com possíveis reservas da ordem de 12 bilhões de barris e investimentos que alcançariam a casa de US\$ 200 bilhões, é provável que a licitação venha a ser, isoladamente, o maior negócio na história do setor. Somente em bônus de assinatura, o consórcio vencedor terá de pagar ao Tesouro R\$ 1,5 bilhão. Além disso, terá de assegurar ao governo pelo menos 41% da produção, descontada parte dos custos para extrair o petróleo.

A produção, prevista para começar no prazo de cinco anos, vai gerar royalties para os cofres públicos, prevenindo-se também a formação de um Fundo Social a fim de que o resultado da atividade possa ser usufruído por futuras gerações de brasileiros, tal qual ocorre em outros países (o melhor exemplo é a Noruega).

Ainda que o regime de partilha de produção tenha sido questionado diante da alternativa de se manter o de concessões que foi adotado em todas as licitações anteriores, tal investimento somente será viabilizado porque o Brasil instituiu uma nova lei do petróleo, abandonando o antigo e ultrapassado monopólio. A maior beneficiária dessa mudança foi exatamente a companhia estatal que exercia esse monopólio, pois desde então se tornou mais ágil e com mais autonomia para negociar parcerias societárias, operacionais, finan-

ceiras, tecnológicas e gerenciais, multiplicando assim sua capacidade de investimento. A chegada de muitas companhias e a criação de outras de capital nacional oxigenaram a indústria brasileira. Motivaram profissionais a enfrentar desafios vultosos. O parque tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão, abriga cada vez mais centros de pesquisas, com ênfase no petróleo, mas que se irradiam também para outras áreas e se intercomunicam com o mundo acadêmico de norte a sul do país, sem deixar de fazer uma ponte com o desenvolvimento da tecnologia no exterior.

Ao optar pelo mercado e a competição no lugar dos defasados monopólios estatais, o Brasil se livrou de amarras que limitavam o investimento pela ausência de capitais sob gestão privada. O exemplo das telecomunicações talvez seja o mais contundente. Com o antigo monopólio, a telefonia celular, o acesso à internet em alta velocidade e a TV por assinatura seriam hoje serviços distantes da maioria da população. Mesmo a universalização da energia elétrica continuaria sendo um sonho (assim como o é o saneamento básico, segmento dominado por companhias estatais estaduais).

O preconceito ideológico contra o mercado e a mobilização de capitais privados ainda contamina a política no país, infelizmente, mesmo com todas as evidências que o Brasil estava marcando passo com a era dos monopólios estatais. Oxalá isso um dia seja superado. ■

Mesmo com as evidências negativas dos monopólios estatais, este atraso ainda contamina a política

Outra opinião
Consequências da privatária

FERNANDO SIQUEIRA

Os jornais estamparam nas suas primeiras páginas as informações de que a Agência Nacional de Segurança dos EUA vem espionando o Brasil. Algo como dois bilhões de telefonemas e mensagens de brasileiros foram espionados. Um crime hediondo de violação das liberdades individuais, sem qualquer justificativa, a não ser a de cumprir a estratégia do Departamento de Defesa americano para manter o Brasil, o maior celeiro de matéria-prima para os EUA, na condição de subdesenvolvido. Diz um jornal de grande circulação: “Companhias de telecomunicações no Brasil têm essa parceria que dá acesso à empresa americana.” O que não ficou claro é qual a empresa americana que tem sido usada pela NSA como “ponte”.

Quando a privatária começou, alertávamos sobre o perigo de privatizar as telecomunicações, portadora da informação, por ser esta de alta importância estratégica. Se as empresas de telecomunicações ainda fossem estatais seria muito mais difícil cooptá-las. Tratando-se de empresas estrangeiras, fica muito mais fácil. Aliás, foi esta uma das razões da privatização das teles. O Brasil perdeu o controle das informações.

Outras más consequências das privatizações foram: a abertura do subsolo para empresas estrangeiras; abertura da navegação de cabotagem para elas navegarem nos nossos rios e escoarem nossas riquezas; a venda da Vale por um centésimo do seu valor real; e a quebra do monopólio do

petróleo. Esta última está gerando a entrega do pré-sal para o cartel internacional do petróleo.

Sob um bombardeio diário do cartel internacional, o governo Dilma vem sendo acudado e, após reabrir os leilões — o que não tem sentido, pois a Petrobras já descobriu mais de 60 bilhões de barris no pré-sal —, está prestes a entregar Libra, o maior campo brasileiro, cuja reserva provável é de 15 bilhões de barris, aos grupos estrangeiros.

Estrangulando a Petrobras financeiramente, o governo deixa a empresa enfraquecida para participar do leilão. No 11º leilão recém-realizado, regido pela Lei de FHC que dá todo o petróleo para quem o produzir, a Petrobras teve uma participação pífila, tendo comprado menos de 20% das áreas ofertadas e sendo operadora apenas em 3 delas.

No 12º que é específico para o campo de Libra, o bilhete premiado, a Petrobras pode ficar de fora ou com apenas 30% por ser operadora única. Em compensação, consórcio estrangeiro tem chances de ficar com 46% do petróleo produzido, sem ter corrido risco, sem ter feito nada, pois a Petrobras será a operadora. E vai exportar esse petróleo bruto, deixando de pagar 30% de impostos e usando um imenso poder de barganha na geopolítica mundial.

Enquanto isto, nós brasileiros, donos do petróleo, deixamos escapar a maior oportunidade que o Brasil tem para deixar de ser o eterno país do futuro e ser uma potência econômica, financeira e tecnológica mundial. Não dá para aceitar isso. ■

Fernando Siqueira é vice-presidente da Aepet e do Clube de Engenharia

Curvando-se ao cartel, o Brasil perde uma grande oportunidade de deixar de ser o eterno país do futuro

Iremos analisar o artigo “Consequências da privatária”, de Fernando Siqueira, publicado em 22 de julho de 2013 e reproduzido a seguir.

Leia, a seguir, com atenção o texto e responda às questões propostas na seção de atividades.

Consequências da privatária

Curvando-se ao cartel, o Brasil perde uma grande oportunidade de deixar de ser o eterno país do futuro

Os jornais estamparam nas suas primeiras páginas as informações de que a Agência Nacional de Segurança dos EUA vem espionando o Brasil. Algo como dois bilhões de telefonemas e mensagens de brasileiros foram espionados. Um crime **hediondo** de violação das liberdades individuais, sem qualquer justificativa, a não ser a de cumprir a estratégia do Departamento de Defesa americano para manter o Brasil, o maior celeiro de matéria prima para os EUA, na condição de subdesenvolvido. Diz um jornal de grande circulação: “Companhias de telecomunicações no Brasil têm essa parceria que dá acesso à empresa americana”. O que não ficou claro é qual a empresa americana que tem sido usada pela NSA como “ponte”.

Quando a privatária começou, alertávamos sobre o perigo de privatizar as telecomunicações, portadoras da informação, por ser esta de alta importância estratégica. Se as empresas de telecomunicações ainda fossem estatais seria muito mais difícil **cooptá-las**. Tratando-se de empresas estrangeiras, fica muito mais fácil. Aliás, foi esta uma das razões da privatização das teles. O Brasil perdeu o controle das informações.

Outras más consequências das privatizações foram: a abertura do subsolo para empresas estrangeiras; abertura da navegação de **cabotagem** para elas navegarem nos nossos rios e escoarem nossas riquezas; a venda da Vale por um centésimo do seu valor real e a quebra do monopólio do Petróleo. Esta última está gerando a entrega do pré-sal para o **cartel** internacional do petróleo.

Sob um bombardeio diário do cartel internacional, o governo Dilma vem sendo acuado e, após reabrir os leilões — o que não tem sentido, pois a Petrobras já descobriu mais de 60 bilhões de barris no pré-sal —, está prestes a entregar Libra, o

maior campo brasileiro, cuja reserva provável é de 15 bilhões de barris, aos grupos estrangeiros.

Estrangulando a Petrobras financeiramente, o governo deixa a empresa enfraquecida para participar do leilão. No 11º leilão recém-realizado, regido pela Lei de FHC [Fernando Henrique Cardoso] que dá todo o petróleo para quem o produzir, a Petrobras teve uma participação **pífia**, tendo comprado menos de 20% das áreas ofertadas e sendo operadora apenas em 3 delas.

No 12º que é específico para o campo de Libra, o bilhete premiado, a Petrobras pode ficar de fora ou com apenas 30% por ser operadora única. Em compensação, consórcio estrangeiro tem chances de ficar com 46% do petróleo produzido, sem ter corrido risco, sem ter feito nada, pois a Petrobras será a operadora. E vai exportar esse petróleo bruto, deixando de pagar 30% de impostos e usando um imenso poder de barganha na geopolítica mundial.

Enquanto isto, nós brasileiros, donos do petróleo, deixamos escapar a maior oportunidade que o Brasil tem para deixar de ser o eterno país do futuro e ser uma potência econômica, financeira e tecnológica mundial. Não dá para aceitar isso.

Fernando Siqueira

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/consequencias-da-privataria-9106325>



Fernando Siqueira é vice-presidente da Aepet e do Clube de Engenharia

AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Disponível em: <http://www.aepet.org.br/site/>

Após a leitura do texto, você deve ter observado que o artigo de opinião é uma forma de participação social. Ele permite o autor e, também, o leitor de participarem de uma comunidade maior do que aquela que eles estão inseridos, pois o texto possibilita alcançar outras pessoas distantes, proporcionando a troca de opiniões, informações e ideias.

O artigo de opinião pode ser assim definido:

O **artigo de opinião** é um gênero discursivo claramente argumentativo que tem por objetivo expressar o ponto de vista do autor que o assina sobre alguma questão relevante, geralmente controversa, de natureza social, política, cultural, etc. o caráter argumentativo do texto de opinião é evidenciado pelas justificativas de posições arroladas pelo autor para convencer os leitores da validade da análise que faz.

Fonte: ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2008. Vol. 2, p. 623.

Assim, o artigo de opinião leva o leitor a uma reflexão mais detalhada que, em muito pode auxiliá-lo a compreender melhor o mundo em que vive, além de servir de base para a formação de sua própria opinião, ou, ainda, avaliar e confirmar uma opinião sobre determinado fato que vem sendo discutido.

Em geral, o **espaço de circulação** dos artigos de opinião são as colunas dos jornais diários e das revistas (semanais, mensais, bimestrais etc.). Essas mídias costumam contar com um quadro fixo de articulistas, os quais assinam o texto que desejam veicular.

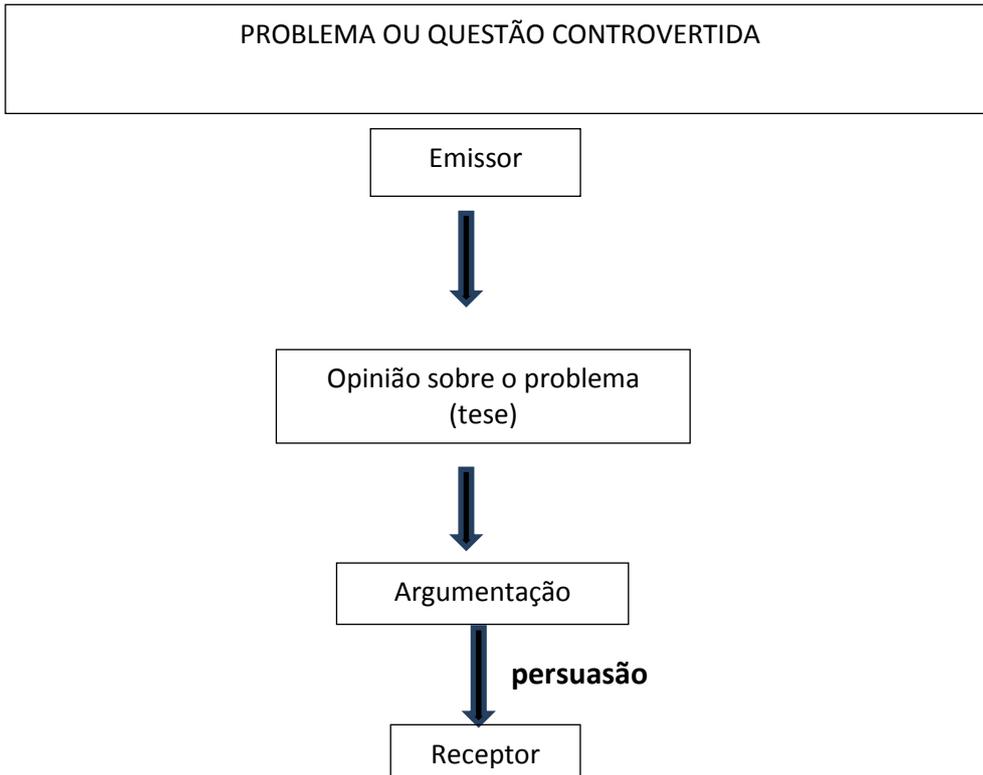
O **perfil dos leitores** de artigos de opinião, em geral, coincide com o perfil do autor do artigo, pois esses leitores, de aguçado senso crítico em relação ao que percebem no cotidiano, esperam encontrar, na pessoa do articulista, alguém que seja porta-voz de sua indignação.

Estrutura do artigo de opinião

O artigo de opinião nem sempre apresenta uma estrutura fixa. No entanto, podemos observar estas partes em sua composição:

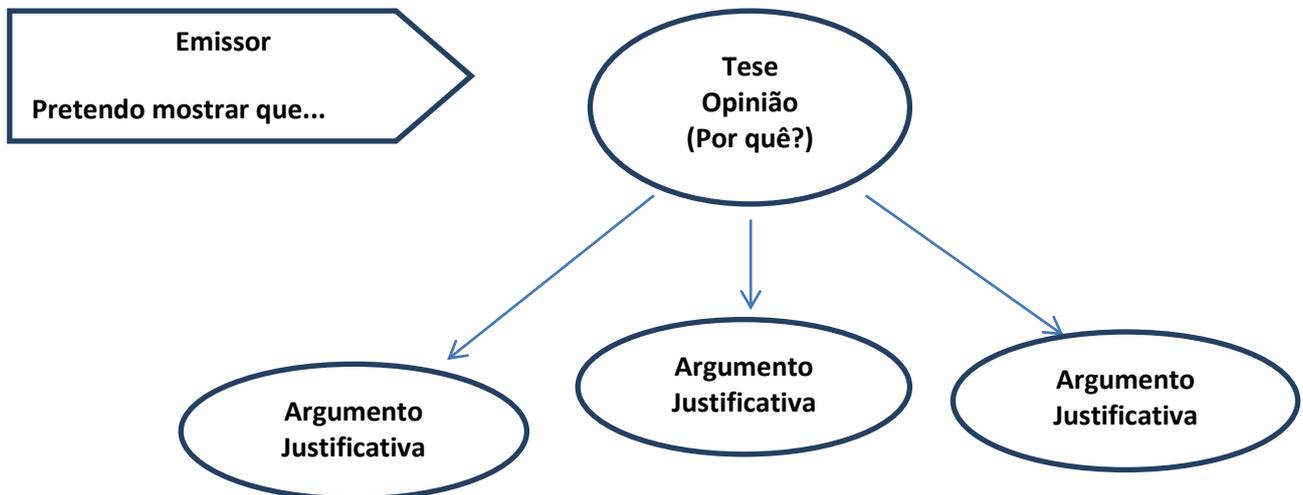
- **Título;**
- **Olho** – aparece, às vezes, logo abaixo do título e representa uma frase em destaque;
- **Tese** – ponto de vista do autor;
- **Argumentação** – defesa do seu ponto de vista, fundamentada em opiniões e dados concretos.

Temos, então, o seguinte **esquema argumentativo**:



Fonte: PIGNATARI, Ní nive. **Como escrever textos dissertativos**. São Paulo: Ática, 2010. p. 43 (Fundamentos)

Esquema da tese:



Fonte: PIGNATARI, Nínive. **Como escrever textos dissertativos**. São Paulo: Ática, 2010. p. 44 (Fundamentos)

Com relação aos argumentos, temos diferentes **tipos**:

- ✓ os de exemplos a serem seguidos (ou antimodelos, aqueles que não se devem seguir);
- ✓ os de analogia: usam-se exemplos que possam ser relacionados à ideia defendida;
- ✓ os de quantidade: usam-se os números de pesquisas para convencer que determinada ideia vale mais do que outra;
- ✓ os de autoridade: entre aspas ou por meio de marcas como *segundo, de acordo, na opinião de*, etc. usam-se as falas de especialistas no assunto do texto, de trechos de livros especializados no assunto, de obras literárias, trechos de lei, etc.;
- ✓ os de qualidade: centra-se a argumentação na valorização dos aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos.

Fonte: CAMPOS, Elizabeth Marques; CARDOSO, Paula Marques; ANDRADE, Sílvia Letícia de. **Viva português**: ensino médio. São Paulo: Ática, 2010. Vol. 3, p. 244-245.

Finalmente, podemos fechar o assunto com os seguintes elementos:

► **Elementos da introdução:**

- Tese
- Frase para captar a atenção
- Citação do(s) argumento(s)

► **Elementos do desenvolvimento:**

- Análise e detalhamento dos argumentos
- Citação de fatos concretos, palavras de autoridade, dados lógicos, estatísticas, pesquisas etc.
- Argumentação contrária
- Refutação

► **Elementos da conclusão:**

- Retomada das ideias (a tese é reafirmada em outras palavras)
- Encerramento com uma frase forte e objetiva (pode ser citada uma informação curiosa, a opinião de uma autoridade, uma frase de efeito original, uma passagem filosófica); não terminar com clichê, slogan ou provérbio desgastado.

PIGNATARI, Nínive. **Como escrever textos dissertativos**. São Paulo: Ática, 2010. p. 82, 87, 90. (Fundamentos)

Atividade 1

Caro aluno, após o estudo sobre o artigo de opinião, você vai testar os seus conhecimentos. Pode consultar, sempre que necessário, o conteúdo desenvolvido nesta aula.

1. O **artigo de opinião** é *assinado* e objetiva trazer uma *opinião pessoal* no meio de uma discussão pública. Costuma sempre trazer uma ficha biográfica com o nome do autor, seguido de dados que o identificam, como: idade, profissão, experiência profissional e foto, compondo um perfil biográfico mínimo do autor do texto.

a) Quem é o autor do artigo em estudo?

2. A credibilidade de um artigo de opinião depende do modo como o autor se apresenta. Observe os dados mínimos que acompanham o nome do autor.

a) Quais são as características principais do autor?

b) Há alguma relação entre esses dados pessoais e o tema do texto? Justifique.

3. A **linguagem** também é um importante fator na constituição do artigo de opinião. É ela que define seu público (informal, forma, amplo, restrito, com semelhanças culturais e histórias etc.).

Comente a linguagem do texto, levando-se em conta:

- o vocabulário;

- a formalidade;

- a facilidade ou dificuldade de compreensão;

- a relação com o leitor.

4. Nesse artigo há o que a imprensa chama de **olho**, que apresenta de modo resumido o ponto de vista do autor sobre o tema. Destaque-o do artigo.

5. Observe o título do artigo “Consequências da **privataria**”. Em geral, o título antecipa o tema que será analisado no artigo. Qual seria o sentido que o autor quis dar à palavra em destaque? Trata-se de um neologismo (palavra criada pelo autor), portanto, não se encontra em dicionários. A partir de que palavras, o autor criou **privataria**?

6. O artigo de opinião é um texto argumentativo que defende uma **tese** (*proposição avaliativa* – frase afirmativa que apresenta uma ideia, opinião ou ponto de vista).

Muitas vezes, o autor analisa sua proposição, destacando as qualidades e os limites do seu ponto de vista. Observe o primeiro parágrafo do texto.

a) Qual é a tese defendida pelo texto?

b) Qual a justificativa dessa tese?

7. Releia os demais parágrafos do texto e observe como o autor organiza os seus argumentos. Preencha o quadro abaixo, dando um título a cada parágrafo e resumindo-os em poucas palavras.

Parágrafo	Título	Resumo
2º		
3º		
4º		
5º e 6º		

8. O artigo de opinião deve ser **coerente, consistente nos argumentos e crível**. Para isso, é necessário que os argumentos não entrem em contradição, mas fortaleça o raciocínio com dados concretos, experiências e discursos valorizados.

O artigo em estudo apresenta as características descritas acima? Justifique.

9. A **conclusão** de um artigo de opinião deve fechar o raciocínio argumentativo desenvolvido no decorrer do texto e, também, fechar o texto. Mas, podemos encontrar artigos de opinião terminando com citações, reflexões mais profundas e abrangentes e frases de efeito.

Releia o último parágrafo do texto. Como o autor conclui o texto?

10. Em textos argumentativos, como os artigos de opinião, frequentemente são usados mecanismos de coesão textual expressos por conectores, tais como: conjunções, preposições, locuções, pronomes relativos etc. Destaque do texto alguns desses conectores em seus contextos, preenchendo o quadro abaixo:

conjunções (do 2º parágrafo)	
pronomes relativos (do 1º parágrafo)	

11. A coesão textual ocorre não só por **conexão** (elementos coesivos), como vimos na questão anterior, mas também por **retomada** ou **antecipação** de ideias. Nesses casos, utilizam-se palavras gramaticais, como: pronomes, verbos, numerais, advérbios, além de outras, as quais retomam ou antecipam outros vocábulos. Destaque do texto palavras ou frases que retomam ou substituem os termos em negrito.

Aula 2: O editorial

Vamos conhecer o gênero textual **editorial**. Você já leu um editorial de jornal ou de revista? Conhece bem esse gênero? Sabe quem o escreve e o que objetiva comunicar?

Nesta aula, você irá conhecer um editorial e estudar as características e a estrutura desse texto.

Vamos iniciar este estudo com o editorial do jornal *O Globo*, sendo o assunto desse texto bem atual. Sua publicação deu-se em 21 de julho de 2013.

Observe como o editorial aparece no referido jornal:

Leia com atenção o texto e responda às questões propostas na seção de atividades.

O Papa vem estimular o diálogo

Há os que pretendam dividir a humanidade em “amigos” e “inimigos”. É arma antiga dos caudilhos. Papa Francisco pode ter uma mensagem mais promissora.

Com a chegada ao Brasil do Papa Francisco, começa amanhã a Jornada Mundial da Juventude, um evento imaginado por João Paulo II para rejuvenescer a Igreja católica. É difícil negar que ele tenha tido sucesso: de dois em dois anos, os jovens têm-se reunido em lugares tão distintos quanto Buenos Aires, Toronto e Manilha, para cantar, participar de cerimônias religiosas e, sobretudo, ouvir a palavra da figura máxima do catolicismo.

A Jornada do Rio de Janeiro coincide com um momento especialíssimo da vida brasileira. O povo, aqui, já está nas ruas, por motivos que não têm nada a ver com religião. Como será o encontro, ou o cruzamento, entre essas diversificadas correntes de opinião pública? Persistirão os protestos, ou teremos uma pausa para meditação?

É imprevisível. Mas duas coisas contam a favor dos organizadores da Jornada. Uma é a pessoa do Papa Francisco, que, com quatro meses de pontificado, já se tornou uma figura de popularidade surpreendente. A outra é o substrato católico da

cultura brasileira, que parece ainda reservar ao Papa um carinho todo especial.

Longe vão os tempos em que, interrogado pelo Ibope, o brasileiro marcava quase automaticamente "católico" na ficha de filiação religiosa. Se o catolicismo ainda é maioria, em termos estatísticos, estamos hoje, nesse terreno, diante de um quadro que se poderia classificar de "pluralista". Há os que combatem fortemente a própria ideia da religião, e chegam a propor, agora, um "antibatismo" para livrar as pessoas do "vírus" imposto a crianças recém-nascidas. Mas esses são minoria, assim como minoria são e sempre serão os fanáticos religiosos. O ateu de hoje, de modo geral, é uma pessoa que não teve qualquer formação religiosa, não está muito preocupado com isso, mas pode, eventualmente, ouvir uma pregação neste ou naquele sentido.

É a esse país fracionado, ou diversificado, que poderá falar o Papa Francisco, com o seu carisma inegável, e o seu dom de dizer coisas simples e significativas.

Continente marcado pela desigualdade e pelas injustiças, a América Latina tem sido um espaço favorável a pregações radicais ou demagógicas. Houve o apogeu do ciclo marxista. Mais difundidas ainda são as propostas que pretendem dividir o povo entre "amigos" e "inimigos". "Amigos" são os que prestam obediência ao caudilho de plantão; "inimigos" são simplesmente os que insistem em conservar sua independência de pensamento, seu senso crítico.

O sucessor de Bento XVI acredita no diálogo; acredita no encontro pessoal não só como a própria essência do cristianismo, mas como a única maneira de encaminhar problemas antigos e divergências profundas. Que a sua passagem pelo Brasil contribua para que, nós também, sejamos capazes de encontrar, através do diálogo, o caminho para desatar os nós que nos entorpecem.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/o-papa-vem-estimular-dialogo-9103385>. Acesso em: 29/07/2013.

Já vimos que um texto de natureza argumentativa sustenta uma opinião. Essa opinião costuma ser chamada de **tese**. Com a intenção de sustentá-la, o emissor elabora **argumentos** a fim de convencer o receptor de que a sua tese é verdadeira e deve ser levada em conta.

No entanto, devemos observar que nem toda argumentação pode ou não se fundamentar em uma questão polêmica. O **editorial** é um gênero que nem sempre

apresenta uma questão polêmica. Quando isso se dá, é necessário valer-se de exemplos, da sedução e da persuasão, sendo estes uma maneira de sustentar uma opinião.

O editorial é um gênero de natureza argumentativa, publicado em jornais, e que expressa a opinião do jornal sobre determinado assunto que esteja sendo discutido pela sociedade. Não costuma vir assinado, pois o próprio jornal se responsabiliza pela autoria do texto. A assinatura é institucional, ou seja, o editorial representa a opinião da publicação e não de um determinado indivíduo. Caso o editorial venha assinado, o autor costuma ser o *editor chefe* do jornal, profissional responsável pelas publicações no jornal.

Além do jornal, outros veículos de imprensa, como revistas de assuntos gerais (*IstoÉ, Exame, Veja, Época*, etc.), de assuntos específicos para determinado público (*Manequim, Superinteressante, Nova Escola, Livros, Casa e Jardim*, etc.) e especializadas (*Ciência Hoje, Ciência & Cultura, Conhecimento Prático de Literatura*, etc.) também costumam apresentar um editorial, vindo este localizado na página inicial desses suportes. Em revistas, o editorial tem a função de introduzir os assuntos ou temática que serão abordados na publicação de determinada edição.

Como exemplo, leia abaixo o editorial da revista *Ciência & Cultura* (Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC) e analise-o de acordo com as informações contidas no parágrafo anterior.

A escala nanométrica abre infinitas possibilidades de aplicações de novos ou antigos materiais em áreas como a medicina, eletrônica, cosmética, agricultura, meio ambiente e em outras. Oswaldo Luiz Alves, professor do Instituto de Química da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) coordena o Núcleo Temático desta edição, sobre nanotecnologias, deixando claro que o Brasil investe em pesquisa e desenvolvimento, mas também na regulamentação e em medidas voltadas para a segurança desta nova fronteira científico-tecnológica.

Cotas de acesso ao ensino público se implantam por todo o país, diversificando a face dos estudantes nas universidades e exigindo mudanças na postura dos professores. Igualmente, a proximidade da Copa do Mundo de Futebol e das

Olimpíadas, a serem realizadas no Brasil, induz a um novo olhar sobre os avanços científicos como promotores de vitórias esportivas. E temas como educação e investimentos em esporte, duas questões de fundo que motivaram a ida de milhares de manifestantes às ruas do país no último mês de junho, continuam a ser abordados nas reportagens da *Ciência e Cultura*.

Na seção “Mundo”, destacam-se duas matérias inter-relacionadas pela localização geográfica, a arqueologia dos rastros da repressão durante a ditadura argentina, bem como as dificuldades que a crise atual impõem às pesquisas científicas naquele país. Em “Cultura”, uma homenagem a Paulo Vanzolini, que a ciência e o samba perderam recentemente, e a presença do humor nos salões de artes do país e nas redes sociais, aparecendo como marca do caráter brasileiro na análise de estudiosos da área. Prosa e poesia, como sempre, fecham a edição.

Boa leitura!

MARCELO KNOBEL

Julho de 2013

(Editor chefe)

REVISTA CIÊNCIA E CULTURA. Ano 65, n. 3, jul/ago/set de 2013.

O editorial pode ser assim definido:

O editorial é um gênero discursivo que tem a finalidade de manifestar a opinião de um jornal (ou algum órgão de imprensa) sobre acontecimento importante, geralmente polêmico, no cenário nacional ou internacional. Não é assinado, porque não deve ser associado a um ponto de vista individual. Deve ser enfático, equilibrado e informativo. Além de apresentar os argumentos que sustentam a posição assumida pelo jornal, costuma também resumir opiniões contrárias para refutá-las.

Fonte: ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2008. Vol. 2, p. 629.

O **contexto de circulação** dos editoriais são os jornais, os quais possuem uma seção fixa. Essa seção vem logo nas primeiras páginas.

Os **leitores** dos editoriais são aqueles que desejam ver os acontecimentos nacionais e internacionais analisados, esperando encontrar nesses textos a

confirmação dos fatos ou compreender casos mais específicos – escândalos políticos, grandes tragédias, etc.

Estrutura do editorial

Segundo os autores Köche, Boff e Marinello, “o editorial possui a estrutura padrão dos demais textos com tipologia de base dissertativa: *título, situação-problema, discussão e solução-avaliação*”. Observe cada parte:

- | |
|---|
| <p>a) Título: constitui-se de uma frase ou expressão que desperta a atenção do leitor, sintetizando o assunto discutido.</p> <p>b) Situação-problema: apresenta e contextualiza a questão a ser desenvolvida. Vale-se, geralmente, de um tópico frasal [ideia central] expressivo para despertar o interesse do leitor.</p> <p>c) Discussão: emprega argumentos para construir a opinião do jornal ou revista acerca da questão examinada.</p> <p>d) Solução-avaliação: responde à questão proposta, reafirma a posição assumida, sugere soluções para o problema ou sintetiza as ideias gerais do texto.</p> |
|---|

KÖCHE, Vanilda Salton et alii. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 60.

Diferença entre EDITORIAL e ARTIGO DE OPINIÃO

A diferença principal entre um editorial e um artigo de opinião está na **extensão do texto**.

Os editoriais devem ser curtos, objetivos, tratando a tese de modo resumido, não podendo assumir uma perspectiva subjetiva, pois expressa o ponto de vista do jornal.	Os artigos de opinião são bem mais longos.
---	--

Linguagem do EDITORIAL

Quanto à **linguagem**, o editorial é um texto tipicamente formal.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Adota o padrão culto da língua escrita. Isso porque ele representa o periódico no qual circula e, por este motivo, deve preservar a imagem do jornal ou da revista frente |
|---|

aos leitores.

- Apresenta um caráter impessoal, *não tendo a presença de marcadores de 1ª pessoa do singular*.

Em se tratando de um texto objetivo e sem uma autoria explícita, o editorial *não apresenta marcas do estilo individual*, assumindo um tom mais analítico e generalizante.

Atividade 2

Caro aluno,

Releia o editorial “**O Papa vem estimular o diálogo**” e responda às questões que se seguem. Caso tenha alguma dúvida, consulte o conteúdo desenvolvido nesta aula.

1. O **editorial** é um texto argumentativo que expressa a opinião de um jornal ou revista sobre fatos nacionais ou internacionais importantes ocorridos no cotidiano ou na semana. A importância dada a um **fato** está relacionada à sua abrangência ou a sua gravidade e o seu conteúdo é de responsabilidade do editor do jornal.

Neste editorial, a exposição do **fato** é feita de forma clara? Esclareça sua resposta.

2. O editorial expõe a opinião (**tese**) de sua publicação.

Qual é a **tese** defendida pelo editorial?

3. Quanto à **linguagem**, o editorial utiliza as **variedades urbanas de prestígio**, num registro mais formal. O **vocabulário** é bem mais elaborado, diferenciando-se do

utilizado em notícias e reportagens. Além disso, adota a **impessoalidade** em seu discurso.

a) No editorial em estudo, qual foi a pessoa verbal empregada? Justifique.

b) Que variedade linguística foi empregada no decorrer do editorial?

4. O editorial comenta os fatos e tenta apontar **soluções**, com o objetivo de chamar os leitores para um debate público sobre o acontecimento. Em geral, na **conclusão**, aparece uma frase final dirigida à sociedade, conduzindo a uma reflexão ou um convite à ação.

Releia a **frase final** do editorial:

“Que a sua passagem pelo Brasil contribua para que, nós também, sejamos capazes de encontrar, através do diálogo, o caminho para desatar os nós que nos entorpecem.”

a) Qual é a pessoa gramatical dessa frase?

b) Quem está incluído nessa afirmação?

Aula 3: O ensaio

Nesta aula, você irá conhecer mais um gênero textual – o **ensaio** - e estudar as características e a estrutura desse texto.

Vamos iniciar este estudo com um ensaio publicado na revista *Ciência Hoje* (Revista de Divulgação Científica da SBPC) - “*Legalizar a corrupção?*” -, de Renato Lessa, sendo o assunto desse texto bem atual, embora tenha sido publicado em outubro de 2011.

LEGALIZAR A CORRUPÇÃO

Um dos maiores fracassos em curso, e em escala planetária, atende pelo nome de ‘guerra às drogas’. Por toda a parte, governos, em escala doméstica e por meio de arranjos internacionais, propuseram-se, nas últimas décadas, a erradicar ou minimizar o uso de substâncias definidas como ilegais. Quantidades incontáveis de recursos foram despendidas nesse combate, assim como tempo e vidas humanas. Em países que têm liberado tal ‘guerra’ é forte a percepção de que se trata de atividade ineficaz e, no limite, inútil. Em vários círculos, a possibilidade da legalização das drogas é crescentemente suscitada. O debate está aberto e já recebe alguma atenção no Brasil.

Para além de razões logísticas, há que considerar algumas observações feitas pelo psicanalista Sigmund Freud (1856 – 1939) a respeito, em um de seus clássicos ensaios, o célebre *O mal-estar na civilização*, de 1929. Para Freud, a busca humana por “amortecedores de preocupações” é marca permanente na espécie. Ouçamo-lo: “O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício que tanto indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia da sua libido.” Não se tratava, para Freud, de liderar uma campanha de legalização geral irrestrita, posto que reconhecia tanto o “perigo” como a “capacidade de causar danos” inerentes à busca permanente por intoxicação prazerosa. Como médico, e não como moralista ou penalista, Freud tão somente apontou para a presença de uma demanda extensa e permanente, por parte dos humanos, por formas de escape da

dura convivência com os rigores e as rotinas da vida social.

Para muitos, a legalização das drogas, ainda que não haja consenso a respeito de sua abrangência, tem como fundamento considerações semelhantes às feitas por Freud. Nesse sentido, tentativas de supressão contrariariam características humanas ordinárias, ainda que nem todos as tenham. Todos nós buscamos derivativos para a aspereza da vida social, mas nem todos os derivativos têm implicações tóxicas. De qualquer modo, a presença das drogas na cultura e na vida dos povos está associada à forte demanda social por sua disponibilização.

O raciocínio acima pode ser aplicado a outro fenômeno, também disseminado pela experiência social dos humanos: o da corrupção. Há, com efeito, sociedades que lograram tratar do tema com sucesso notável. Em contextos, não apenas a prática de atos corruptos, por parte de autoridades governamentais, aparece como reduzida, como a tolerância social e política para com os mesmos é mínima, para não dizer inexistente. Ainda que regras de moralidade pública apareçam como importantes, o que deve ser ressaltado nesses casos é a baixa – ou inexistente – demanda social por corrupção.

Tal aspecto vem sendo descurado no debate brasileiro a respeito da resiliência da corrupção entre nós. Que o tema seja imemorial, creio não haver necessidade de demonstração. Durante o Império, no século 19, em viagem ao Brasil, o conde belga Straten-Ponthos impressionou-se com o sistema parlamentar então vigente, no qual deputados e senadores, em enorme medida, eram, além de parlamentares, também funcionários públicos e agentes de interesses privados. Tratava-se, pois, de fiscais que se autofiscalizavam... Ou seja, algo de confuso já se apresentava, na altura, no campo das relações entre público e privado.

O aspecto a considerar é o da forte demanda social no país por corrupção. De uma forma geral, há expectativa social, e culturalmente assentada, de que os agentes públicos – de guardas municipais e altos detentores de funções públicas, nos três poderes da República – são, digamos, sensíveis a abordagens pouco ortodoxas por parte dos cidadãos. A demanda difusa e rala por ‘limpeza’ que se insinua no país, melhor fará se ao foco nos agentes públicos se considerar a seguinte questão: por que há tanta demanda social por corrupção? A não consideração da questão poderá, um

dia, suscitar a seguinte dúvida, marcada por indisfarçável viés cínico: por que não legalizar a corrupção?

RENATO LESSA

CIÊNCIA HOJE. Vol. 48, n.286, out. 2011. p. 80

Disponível em:

<<http://assinaturadigital.cienciahoje.org.br/revistas/revistas/286/files/assets/seo/page82.html>>

O **ensaio** também é um texto argumentativo, o qual parte de uma questão polêmica. O emissor formula uma tese baseada em suas opiniões sobre a polêmica e argumenta, com o objetivo de justificar-se ou provar seu ponto de vista sobre a polêmica levantada.

Esse gênero textual pode ser assim definido:

Ensaio: prosa livre que discorre sobre tema/assunto específico (científico, histórico, filosófico ou de teoria literária, etc.), sem esgotá-lo... Caracteriza-se pela visão de síntese e tratamento crítico, predominando o discurso expositivo-argumentativo.

Fonte: COSTA, Sérgio Roberto. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Estrutura do ensaio

Em geral, o ensaio argumentativo apresenta quatro partes:

- apresentação da questão polêmica (exposição e indagação);
- formulação da tese;
- argumentação (raciocínio lógico e equilíbrio nas discussões levantadas);
- formulação de conclusões sobre a polêmica levantada.
-

Observe o quadro abaixo, no qual temos uma síntese bem clara sobre o gênero textual ensaio.

Quem escreve	• Em geral, é escrito por pesquisadores e críticos literários, políticos, filosóficos que apresentem maturidade intelectual e grande domínio do assunto e da linguagem.
Objetivo	• Comentar informações da ciência; discutir temas de interesse social; revisar e analisar assuntos e interpretações já discutidos; explicar certas críticas; debater ideias e opiniões.

Espaço de circulação	<ul style="list-style-type: none"> • Tem espaço nas revistas acadêmicas e de divulgação científica, em livros (de ensaios), em revistas e jornais da grande imprensa e, também, no amplo espaço da sociedade.
Leitores	<ul style="list-style-type: none"> • São pessoas com um perfil de leitura em diferentes gêneros textuais, e muito interessadas em opiniões, discussões, reflexões sobre assuntos atuais, culturais, literários, filosóficos, etc.
Finalidades dos leitores	<ul style="list-style-type: none"> • Construir ou ampliar conhecimentos já adquiridos. • Formar opinião sobre temas atuais e complexos, partindo das opiniões, discussões e críticas dos especialistas.
Impacto nos leitores	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirem posição alinhada com a do autor do ensaio, ou contrária a ela, quando os argumentos não forem convincentes.
Reação dos leitores	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão do assunto abordado nos círculos acadêmicos, profissionais e, em algumas ocasiões, em ambientes familiares e entre amigos, quando o assunto for do contexto dos mesmos.
Características principais	<ul style="list-style-type: none"> • É escrito em prosa. • Em geral, o texto é breve, mas pode ser também extenso, dependendo do assunto tematizado, sem ser exaustivo. • Costuma não apresentar citações, embora as aceite ocasionalmente.
Linguagem	<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem direta, rigorosa e elegante. O estilo é marcado pela subjetividade cautelosa e equilibrado. • Redação mais didática e direta, a fim de buscar a objetividade científica. Sua coerência está essência dos conteúdos abordados, sem pretensão de atingir um grau de certeza sobre a verdade. • Emprego da linguagem formal, porém, com raras exceções pode ocorrer o uso da linguagem coloquial, sem afastar-se das normas da língua padrão. • Emprego de conectores que introduzem argumentos (<i>já que, visto que, pois, posto que, dado que, etc.</i>) e de conectores que acrescentam argumentos (<i>ainda, além disso, etc.</i>).
Tipos de ensaios	<p><i>Informal:</i> mais livre, criativo, subjetivo, bem original na exposição de ideais. Exemplo: ensaio literário.</p> <p><i>Formal:</i> objetivo no tratamento do tema, organização mais estruturada do pensamento. Exemplo: ensaio científico.</p>

Atividade 3

Caro aluno,

Leia o ensaio “Legalizar a corrupção?” e faça as atividades propostas.

1. Resuma sinteticamente as características do ensaio lido, completando o quadro abaixo:

Título	Costuma ser chamativo e já contém opinião.
Tema	
Autoria	
Lugar que ocupa na revista	
Esfera social de circulação	
Linguagem	

2. Quais os argumentos empregados pelo autor você achou mais convincentes?

3. Explique o título do texto com suas palavras.

Avaliação

Agora, caro aluno, vamos avaliar seus conhecimentos sobre os gêneros textuais estudados. Como você está na fase de participar dos vestibulares e/ou do ENEM. As questões iniciais foram selecionadas de um vestibular da Universidade Federal do Acre. Cada pergunta apresenta apenas uma resposta certa.

Mãos à obra! Teste os seus conhecimentos! Você é capaz!

I - (UFAC-AC, 2008 – Caderno 16) Leia o texto para responder as questões de 1 a 5:

Mais ativos, mais espertos

Novas pesquisas sugerem que a prática regular de exercícios estimula a multiplicação de neurônios e favorece a aprendizagem

O cérebro de quem pratica atividade física regularmente funciona melhor. Os atletas e os profissionais de educação física dizem isso há muito tempo. Pela primeira vez, porém, os cientistas conseguiram reunir um conjunto de evidências para sustentar a afirmação que antes parecia ser apenas um recurso para manter os alunos estimulados. Com ajuda de imagens de ressonância magnética, os pesquisadores conseguiram determinar o que acontece no cérebro de quem malha. Concluíram que fazer exercício uma hora por dia, pelo menos três vezes por semana, estimula a produção de neurônios e favorece a aprendizagem. Em outras palavras, quem se exercita fica mais esperto.

Cientistas da Universidade de Colúmbia e do Instituto de Pesquisa Salk, nos Estados Unidos, submeteram um grupo de voluntários a essa rotina de malhação durante três meses. Concluíram que a prática dobrou o fluxo de sangue no cérebro e provocou o nascimento de novas células no hipocampo, a área relacionada com a memória e com a capacidade de aprendizagem.

Para investigar esse fenômeno, os pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas decidiram analisar a cabeça dos judocas profissionais. O cérebro deles foi comparado com o de indivíduos sedentários pelo educador físico Wantuir Jacini, sob a orientação do neurologista Li Li Min. Imagens de ressonância magnética revelaram que os atletas possuíam maior quantidade de massa cinzenta em áreas ligadas ao desenvolvimento motor e à concentração.

(Revista Época, 5/11/2007, p.128).

1. As evidências reunidas pelos cientistas indicam que:

- a) os profissionais de educação física supervalorizam o benefício do exercício físico.
- b) os profissionais de educação física exageram na intensidade do exercício físico.
- c) exercício físico é benéfico apenas para atletas e judocas.
- d) não há diferença entre o cérebro de quem malha e de quem não malha.
- e) exercício físico regular favorece a um melhor funcionamento do cérebro.

2. Os estudos realizados nos Estados Unidos foram realizados com um grupo de:

- a) desportistas amadores
- b) judocas
- c) profissionais de educação física
- d) voluntários
- e) alunos estimulados

3. Os estudos nos Estados Unidos e na Universidade Estadual de Campinas constataram o seguinte:

- a) os benefícios do exercício físico foram mais evidentes em alunos estimulados, pois a motivação é fundamental nesse caso.
- b) os exercícios estimulam a produção de neurônios que resultam da aprendizagem com o aumento do fluxo de sangue.

- c) o nascimento de novas células na área relacionada com a memória e com a capacidade de aprendizagem.
- d) mais massa cinzenta no cérebro dos judocas e maior desenvolvimento motor nos sedentários.
- e) maior poder de concentração nos sedentários, pois eram capazes de ficar mais tempo parados.

4. A forma pronominal **isso** (linha 2) retoma a seguinte parte do texto:

- a) o cérebro de quem pratica atividade física regularmente.
- b) atividade física.
- c) quem pratica atividade física regularmente funciona melhor.
- d) o cérebro de quem pratica atividade física regularmente funciona melhor.
- e) os atletas e profissionais de educação física.

5. O sintagma nominal **os atletas** (no último parágrafo) se refere a:

- a) os atletas (mencionados no primeiro parágrafo).
- b) os atletas e profissionais de educação física.
- c) alunos estimulados.
- d) um grupo de voluntários.
- e) judocas profissionais.

A questão abaixo é dissertativa. Trata-se da produção de um artigo de opinião solicitada no vestibular da PUC, Minas Gerais.

II – PRODUÇÃO TEXTUAL

Muitas têm sido as bandeiras levantadas contra todo tipo de preconceito em nossa sociedade. Embora não se possa dizer que haja consenso sobre o que vem a ser realmente uma ação preconceituosa para diferentes grupos culturais, pode-se dizer que, na manifestação de uma ação, fala, gesto ou prática preconceituosa, predominam pontos de vista diminuidores e negativos em relação à etnia, sexo, classe social, grupo

profissional, raça, religião, padrão linguístico, etc. O preconceito se mostra, enfim, como prática mantenedora da exclusão e da intolerância.

Considerada essa realidade, sua tarefa, nesta prova de produção de texto, é redigir um **artigo de opinião** sobre o tema “Preconceito e exclusão”, supostamente destinado a ser publicado no jornal da escola em que você estuda. Nesse artigo, assumindo o ponto de vista de um estudante de ensino médio preocupado com a mobilização da comunidade escolar bem como da comunidade vizinha à escola em torno da temática (alunos, professores, funcionários, pais, moradores e empresas do bairro), você assume a tarefa de:

- a) mostrar as diferentes faces do preconceito e seus males diretos e indiretos;
- b) discutir as práticas preconceituosas comuns ao cotidiano desse grupo leitor, centrando-se na manifestação de preconceito que lhe parece mais forte nesse grupo;
- c) sensibilizar o leitor para a necessidade de se comprometer no combate às manifestações de preconceito.

Na construção de seu texto, recorra à norma culta escrita, mais adequada à situação proposta.

www.vestibular1.com.br/revisao/questoes_comentadas_puc_mg.pdf

Referências

- [1] BRÄKLIN, Kátia Lomba. **Trabalhando com o artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da(re) significação da palavra do outro.** In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs.* São Paulo: Educ; Campinas: Mercado das Letras, 2000. p. 221-247
- [2] CAETANO, Marcelo Moraes. **Caminhos do texto: produção e interpretação textual – inclui teoria e prática.** Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2010.
- [3] COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- [4] DOLZ, Joaquim e SCHNEUWLY. **Gêneros orais e escritos na escola.** Trad. Rosane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 215-246
- [5] FRIAS FILHO, Otavio. **De ponta-cabeça: fim do milênio em 99 artigos de jornal.** São Paulo: Editora 34, 2000.
- [6] GOLDSTEIN, Norma et alii. **O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade.** São Paulo: Ática, 2009.
- [7] KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça et ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2006.
- [8] _____. **Ler e escrever: estratégias de produção textual.** São Paulo: Contexto, 2009.
- [9] KOCH, Ingedore V. **Argumentação e linguagem.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- [10] KÖCHE, Vanilda Salton et alii. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- [11] OLIVEIRA, Jorge Leite de (org.). **Guia prático de leitura e escrita: redação, resumo técnico, ensaio, artigo, relatório.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- [12] PIGNATARI, Nínive. **Como escrever textos dissertativos.** São Paulo: Ática, 2010. (Fundamentos)
- [13] VIANA, Antonio Carlos. **Guia de redação: escreva melhor.** São Paulo: Scipione, 2011.

[14] TRAVAGLIA, Luiz Carlos; FINOTTI, Luisa Helena Borges; MESQUITA, Elisete Maria Carvalho de (org.). **Gêneros de texto: caracterização e ensino**. Uberlândia: EDUFU, 2008. (Linguística in focus; 5).

Equipe de Elaboração

COORDENADORES DO PROJETO

Diretoria de Articulação Curricular

Adriana Tavares Maurício Lessa

Coordenação de Áreas do Conhecimento

Bianca Neuberger Leda
Raquel Costa da Silva Nascimento
Fabiano Farias de Souza
Peterson Soares da Silva
Ivete Silva de Oliveira
Marília Silva

PROFESSORES ELABORADORES

Heloisa Macedo Coelho
Ivone da Silva Rebello
Rosa Maria Ferreira Correa